

# SUMÁRIO

---

*Apresentação*, xxiii

*Introdução ao Processo Penal*, 1

- 1 A lei e o direito processual penal, 1
- 2 Sistemas processuais e o processo acusatório brasileiro, 3

## **1 Aplicação e Eficácia da Lei Processual Penal, 7**

- 1 Critérios de definição da lei aplicável, 7
- 2 A base normativa do processo penal, 8
- 3 Competência legislativa em matéria de processo penal, 9
- 4 A Constituição e os tratados de direitos humanos, 10
- 5 Aplicação da lei processual penal no espaço, 11
  - 5.1 Extradicação, 13
- 6 Aplicação no tempo, 15
- 7 Aplicação quanto às pessoas, 18
  - 7.1 Imunidades diplomáticas, 18
  - 7.2 Imunidades parlamentares, 19
  - 7.3 Prerrogativas de funções, 22
- 8 Interpretação da lei processual penal, 23

## **2 Princípios do Processo Penal, 27**

- 1 Devido processo legal – *princípio fundante*, 28
- 2 Princípio do contraditório, 29
- 3 Princípio da ampla defesa, 30

- 4 Princípio do juiz natural, 31
- 5 Princípio da fundamentação ou da motivação, 32
- 6 Princípio acusatório, 34
- 7 Princípio liberal de inocência, 35
- 8 Princípio da justa causa, 37
- 9 Princípio da publicidade, 38
- 10 Princípio da oficialidade, 40
- 11 Princípio da obrigatoriedade, 40
- 12 Princípio da oralidade, 41
- 13 Princípio da livre valoração da prova, 42
- 14 Princípio da verdade real, 42
- 15 Princípio da identidade física do juiz, 45
- 16 Princípio do promotor natural, 46
- 17 Princípio da proporcionalidade, 46
- 18 Princípio da economia processual, 48
- 19 Princípio da isonomia processual, 49
- 20 Princípio do “favor rei”, 50
- 21 Princípio da não autoincriminação, 51

### 3 Inquérito Policial, 53

- 1 Conceito e notícia histórica, 53
- 2 Finalidade do inquérito policial, 54
- 3 Natureza jurídica do inquérito, 56
- 4 Forma e prazo, 57
- 5 Instauração, 58
  - 5.1 Instauração e *notitia criminis*, 60
  - 5.2 Requisição pelo juiz e pelo Ministério Público, 61
- 6 O poder de polícia e as diligências do inquérito, 62
- 7 Questões polêmicas no inquérito, 64
  - 7.1 Indiciamento, 64
  - 7.2 Indiciamento e foro privilegiado, 67
  - 7.3 Identificação criminal, 68
  - 7.4 Sigilo, 71
  - 7.5 Incomunicabilidade, 74
  - 7.6 Nomeação de curador ao indiciado menor de 21 anos, 75
- 8 Relatório final, 77
- 9 Defesa no inquérito, 78
- 10 Valor probante, 80
- 11 Trancamento do inquérito, 82
- 12 Arquivamento, 83
  - 12.1 Arquivamento implícito, 86

- 12.2 Recursos, 87
- 13 A investigação pelo Ministério Público, 88
  
- 4 Ação Penal, 95**
  - 1 Condições da ação penal, 95
  - 2 Condições objetivas de punibilidade e condições de procedibilidade, 97
  - 3 Classificação da ação penal, 99
  - 4 Ação penal de iniciativa pública, 101
    - 4.1 Princípios, 102
    - 4.2 Ação penal pública condicionada, 104
      - 4.2.1 Representação, 104
      - 4.2.2 Representação: titularidade e prazo, 105
      - 4.2.3 Requisição do Ministro da Justiça, 109
  - 5 Ação penal de iniciativa privada, 110
    - 5.1 Princípios, 111
    - 5.2 Espécies, 113
      - 5.2.1 Ação penal de iniciativa privada propriamente dita, 113
      - 5.2.2 Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública, 114
      - 5.2.3 Ação penal de iniciativa personalíssima, 116
    - 5.3 Queixa, 117
      - 5.3.1 Queixa: titularidade e prazo, 118
    - 5.4 Decadência, renúncia, perdão e preempção, 122
  - 6 Ação penal popular, 124
  
- 5 Ação Civil *Ex Delicto*, 127**
  - 1 Indenização mínima imposta na sentença penal condenatória, 128
  - 2 Execução da sentença penal condenatória, 129
  - 3 Ação civil de indenização, 131
  - 4 Indenização em caso de sentença absolutória, 132
  
- 6 Sujeitos Processuais, 135**
  - 1 O acusado, 136
  - 2 O defensor, 137
    - 2.1 A Defensoria Pública, 141
  - 3 Ministério Público, 143
    - 3.1 O princípio do promotor natural, 146
    - 3.2 Assistente da acusação, 148
  - 4 O querelante, 150
  - 5 O ofendido, 151
  - 6 O juiz penal, 151
  - 7 Auxiliares da justiça e peritos, 156

## 7 Procedimento Comum Ordinário, 159

- 1 O esquema procedimental brasileiro, 159
- 2 Procedimento comum ordinário, 161
  - 2.1 Procedimento comum e pena máxima, 162
- 3 Denúncia e queixa, 164
  - 3.1 Oferecimento e recebimento da denúncia ou queixa, 166
  - 3.2 Indeferimento e rejeição da peça acusatória, 168
  - 3.3 Aditamento da inicial, 171
  - 3.4 Imputação alternativa, 172
  - 3.5 Requerimentos da denúncia ou queixa, 172
  - 3.6 A possibilidade do litisconsórcio ativo, 173
- 4 Citação, 173
  - 4.1 Citação real, 175
  - 4.2 Citação por edital, 176
    - 4.2.1 Citação por edital e suspensão do processo, 178
  - 4.3 Citação com hora certa, 181
  - 4.4 Revelia, 182
- 5 Resposta inicial, 184
- 6 Possibilidade de absolvição sumária, 186
- 7 Audiência de instrução e julgamento, 188
  - 7.1 Declarações do ofendido, 191
  - 7.2 Depoimentos testemunhais, 191
  - 7.3 Esclarecimentos dos peritos, 194
  - 7.4 Acareações, 194
  - 7.5 Reconhecimento de pessoas ou coisas, 195
  - 7.6 Interrogatório do acusado, 195
- 8 Requerimentos de diligências, 196
- 9 Debate da causa, 198
- 10 Sentença penal, 200
  - 10.1 Despachos, 201
  - 10.2 Decisões interlocutórias, 201
  - 10.3 Sentença em sentido estrito, 203
  - 10.4 Estrutura material da sentença, 204
    - 10.4.1 Estrutura material e correlação fática da sentença, 206
    - 10.4.2 *Emendatio libelli*, 207
    - 10.4.3 *Mutatio libelli*, 209
    - 10.4.4 Reconhecimento de agravante na sentença, 213
    - 10.4.5 Condenação do réu em face do pedido de absolvição, 213
  - 10.5 Estrutura formal da sentença, 214
  - 10.6 Sentença penal e seus efeitos, 216

- 10.6.1 Sentença absolutória, 217
  - 10.6.2 Sentença condenatória, 218
  - 10.7 Efeitos da sentença em relação ao juiz, 221
  - 10.8 Coisa julgada penal, 221
  - 10.9 Publicação e intimação da sentença, 224
  - 11 Prazo para conclusão do processo comum ordinário, 226
- 8 Procedimento Comum Sumário, 229**
- 1 Hipóteses de aplicação do procedimento sumário, 229
  - 2 Mecânica do procedimento, 230
  - 3 Prazo de duração do processo, 232
- 9 Tribunal do júri, 235**
- 1 A eterna polêmica sobre o júri, 237
  - 2 Origem histórica, 239
    - 2.1 O júri no Brasil, 240
  - 3 O júri na CF de 1988, 242
    - 3.1 Plenitude da defesa, 243
    - 3.2 Sigilo das votações, 243
    - 3.3 Soberania dos veredictos, 244
  - 4 Competência do Tribunal do Júri, 245
  - 5 A organização do júri e a função dos jurados, 248
  - 6 Procedimento bifásico, 251
    - 6.1 Juízo da acusação, 252
      - 6.1.1 Desclassificação do crime, 253
      - 6.1.2 Absolvição sumária do réu, 254
      - 6.1.3 Impronúncia, 256
      - 6.1.4 Pronúncia, 257
      - 6.1.5 Pronúncia e *mutatio libelli*, 260
      - 6.1.6 Despronúncia, 261
    - 6.2 Juízo da causa, 261
      - 6.2.1 Preparação do processo, 262
      - 6.2.2 Designação do julgamento, 263
      - 6.2.3 Desaforamento, 264
    - 6.3 Instalação do julgamento em plenário, 268
    - 6.4 Instrução em plenário, 270
    - 6.5 Debates, 273
    - 6.6 Formulação e votação dos quesitos, 276
    - 6.7 Sentença do juiz-presidente, 280
    - 6.8 Recursos, 282

## **10 Juizado Especial Criminal, 283**

- 1 Justificativas para a instituição dos juizados criminais, 283
- 2 A crítica aos Juizados Especiais, 285
- 3 Princípios, 289
- 4 Competência, 290
- 5 Infração de menor potencial ofensivo, 291
  - 5.1 Contravenções penais, 294
  - 5.2 Infração de menor potencial ofensivo e Estatuto do Idoso, 294
- 6 Violência doméstica e familiar contra a mulher, 295
- 7 Procedimentos especiais, 296
- 8 Execução de penas, 297
- 9 O procedimento na Lei nº 9.099/95, 298
  - 9.1 Audiência preliminar, 300
  - 9.2 Procedimento sumaríssimo, 302
  - 9.3 Transação penal, 303
  - 9.4 Cumprimento da transação, 306

## **11 Procedimentos Especiais, 309**

- 1 Crimes de falência, 311
  - 1.1 Procedimento, 311
  - 1.2 A ação penal, 312
  - 1.3 Prescrição da ação penal, 313
  - 1.4 Competência, 313
- 2 Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, 315
  - 2.1 Procedimento e defesa preliminar, 316
  - 2.2 Competência, 317
- 3 Crimes contra a honra, 318
  - 3.1 Ação penal, 318
  - 3.2 Pedido de explicações em juízo, 319
  - 3.3 Procedimento, 320
  - 3.4 Audiência de reconciliação, 320
  - 3.5 Exceção da verdade, 321
  - 3.6 Competência, 323
- 4 Crimes contra a propriedade imaterial, 323
  - 4.1 Procedimento, 324
  - 4.2 Ação penal, 324
  - 4.3 Providências preparatórias da ação penal, 326
  - 4.4 Competência, 327
- 5 Crimes de drogas, 327
  - 5.1 Aplicação da Lei nº 9.099/95, 329
  - 5.2 Procedimento nos crimes de produção e tráfico de drogas, 329

- 5.3 Recolhimento do réu à prisão, 331
- 5.4 Investigação policial, 333
- 5.5 Ação penal, 334
- 5.6 Competência, 334
- 6 Crimes de imprensa, 335
  - 6.1 Competência, 336
- 7 Crimes eleitorais, 336
  - 7.1 Ação penal, 338
  - 7.2 Procedimento, 339
  - 7.3 Competência, 341
  
- 12 Suspensão Condicional do Processo, 343**
  - 1 Suspensão do processo e princípio liberal de inocência, 343
  - 2 Admissibilidade da suspensão, 345
  - 3 Requisitos, 346
  - 4 Momento e condições do *sursis* processual, 351
  - 5 Proposta de suspensão e sua homologação, 351
  - 6 Período de prova, 353
  - 7 Revogação do benefício, 354
  - 8 Cumprimento das condições e extinção da punibilidade, 355
  
- 13 Questões e Processos Incidentes, 357**
  - 1 As questões prejudiciais, 358
  - 2 As exceções, 359
    - 2.1 Espécies, 360
  - 3 Restituição das coisas apreendidas, 361
  - 4 Incidente de falsidade documental, 362
  - 5 Incidente de insanidade mental do acusado, 364
  
- 14 Competência Penal, 367**
  - 1 Competência funcional e material, 368
  - 2 Fixação da competência, 370
  - 3 A instituição dos órgãos judiciários e suas competências na CF, 371
  - 4 Jurisdições especiais, 372
    - 4.1 Justiça do Trabalho, 372
    - 4.2 Justiça Eleitoral, 373
    - 4.3 Justiça Militar, 375
      - 4.3.1 Crimes militares, 376
      - 4.3.2 Regras casuísticas, 377
    - 4.4 Justiça Política, 379
  - 5 Jurisdição Comum, 380

- 5.1 Justiça Federal, 380
- 5.2 Justiças Estaduais, 382
- 5.3 Concurso entre as jurisdições federal e estadual, 383
- 6 Tribunal do Júri, 383
- 7 Juizados especiais criminais, 385
- 8 Tribunal Penal Internacional, 386
- 9 A determinação da competência no CPP, 386
  - 9.1 Competência *ratione loci*, 387
  - 9.2 Competência *ratione materiae*, 389
  - 9.3 Competência *ratione personae*, 390
- 10 Foro por prerrogativa de função, 392
  - 10.1 Casos específicos de foro por prerrogativa de função, 395
- 11 A competência por distribuição, conexão, continência e prevenção, 397
  - 11.1 *Forum attractionis* em caso de conexão ou continência, 399
  - 11.2 Separação de processos, 400
  - 11.3 *A perpetuatio jurisdictionis*, 401
- 12 Competência absoluta e relativa, 403
  - 12.1 Competência material absoluta e juiz natural, 405
- 13 Conflito de competência, 407
- 14 Conflito de atribuições, 408
  
- 15 Teoria Geral da Prova, 411**
  - 1 O problema da verdade, 411
  - 2 A verdade no processo penal, 413
    - 2.1 O problema da *verdade real*, 414
  - 3 Objeto da prova, 415
  - 4 A prova na história, 416
  - 5 O direito à prova, 419
  - 6 Produção da prova, 421
    - 6.1 Produção antecipada de prova, 422
  - 7 Finalidade, 423
  - 8 Princípios, 424
  - 9 Classificação das provas, 425
  - 10 Ônus da prova, 425
  - 11 Gestão da prova e os poderes instrutórios do juiz, 427
  - 12 A prova emprestada, 432
    - 12.1 A prova encontrada, 433
  - 13 O problema das provas ilícitas, 433
    - 13.1 Provas ilegais, 434
    - 13.2 Provas ilegítimas, 435
    - 13.3 Provas ilícitas e o princípio da proporcionalidade, 436



- 13.4 Prova ilícita em benefício do réu, 438
- 13.5 Prova ilícita por derivação, 438
- 13.6 Desentranhamento da prova ilícita, 440

## **16 As Provas em Espécie, 441**

- 1 Interrogatório do réu, 442
  - 1.1 Natureza do interrogatório, 442
  - 1.2 Momento processual oportuno, 444
  - 1.3 Características do interrogatório, 445
  - 1.4 Formas especiais de interrogatório, 446
  - 1.5 Direito ao silêncio, 447
  - 1.6 Direito de não dizer a verdade, 449
  - 1.7 Formalidades e métodos do interrogatório, 450
  - 1.8 Interrogatório por videoconferência, 451
- 2 Confissão, 456
  - 2.1 Espécies doutrinárias, 458
  - 2.2 Caracteres da confissão, 458
  - 2.3 Confissão e direito ao silêncio, 459
- 3 Prova testemunhal, 460
  - 3.1 O testemunho, 460
  - 3.2 As testemunhas em juízo, 462
  - 3.3 Número de testemunhas e os poderes instrutórios do juiz, 465
  - 3.4 Tutela penal do depoimento, 467
  - 3.5 Proteção à testemunha, 468
- 4 O exame de corpo de delito, 468
- 5 Perícias, 470
- 6 Documentos, 472
- 7 Indícios, 474
- 8 Reconhecimento de pessoas e coisas, 476
- 9 Declarações do ofendido, 477
- 10 Interceptação telefônica, 477
  - 10.1 Espécies, 478
  - 10.2 Procedimento, 480
  - 10.3 A inviolabilidade das comunicações telefônicas, 482
  - 10.4 A inviolabilidade da correspondência, da comunicação telegráfica e dos *e-mails*, 483
  - 10.5 A inviolabilidade das comunicações de dados, 485
- 11 Interceptação ambiental, 486
- 12 Quebra de sigilo bancário, 488
- 13 Delação premiada, 490
- 14 Prova pelo DNA, 494

## 17 O Sistema das Nulidades Processuais, 497

- 1 Natureza jurídica das nulidades processuais, 499
- 2 Nulidades quanto à gravidade do vício, 499
  - 2.1 Atos irregulares, 500
  - 2.2 Atos inexistentes, 500
  - 2.3 Nulidade absoluta, 501
  - 2.4 Nulidade relativa, 502
  - 2.5 Anulabilidade do ato, 503
- 3 Princípios que informam o sistema de nulidades, 504
- 4 Rol das nulidades, 507
  - 4.1 Nulidades em face do CPP, 507
    - 4.1.1 Nulidades sanáveis, 519
  - 4.2 Nulidades em face da CF, 519
- 5 Arquição e decreto de nulidade, 520

## 18 O Processo Cautelar Penal, 523

- 1 Ação e processo cautelar, 524
- 2 Cautelaridade penal e liberalismo, 525
- 3 O sistema da cautelaridade no CPP, 528
- 4 Poder cautelar do juiz e sistema acusatório, 530

## 19 Prisão Preventiva, 533

- 1 Natureza da prisão preventiva, 537
- 2 Antecedentes no direito comparado, 539
- 3 A lei aplicável, 542
- 4 Requisitos legais – o *fumus boni juris* ou *fumus commissi delicti*, 543
  - 4.1 Prova da existência do crime, 543
  - 4.2 Índícios suficientes de autoria, 546
- 5 Finalidades da prisão preventiva – *periculum in mora* ou *periculum libertatis*, 547
  - 5.1 Garantia da ordem pública, 551
  - 5.2 Garantia da ordem econômica, 556
  - 5.3 Conveniência da instrução criminal, 560
  - 5.4 Certeza de aplicação da lei penal, 562
- 6 Aspectos processuais e casos específicos, 564
  - 6.1 Momento da decretação, 564
  - 6.2 Natureza da decisão, 565
  - 6.3 Autoridade competente, 565
  - 6.4 Proibição da custódia preventiva, 567
  - 6.5 Recurso cabível, 568
  - 6.6 Apresentação espontânea do acusado, 569

- 6.7 Prisão preventiva e a Lei do Desarmamento, 570
  - 6.8 Prisão preventiva nos crimes de falência, 571
  - 6.9 O Código de Processo Penal Militar, 572
  - 6.10 Prisão preventiva no Estatuto do Estrangeiro, 572
  - 6.11 Citação por edital e prisão preventiva, 574
  - 6.12 Primariedade e bons antecedentes, 574
  - 6.13 Encarceramento, 575
  - 6.14 Duração da custódia, 576
- 20 Prisão em Flagrante, 579**
- 1 Estado de flagrância, 581
  - 2 Espécies doutrinárias, 585
  - 3 As garantias constitucionais na prisão em flagrante, 587
  - 4 Flagrante em crime permanente, habitual e continuado, 589
  - 5 Flagrante nos crimes formais, 590
  - 6 Flagrante na Lei nº 9.099/95, 591
  - 7 Flagrante na Lei Antidrogas, 591
  - 8 Flagrante em crime de ação privada, 592
  - 9 Auto de prisão em flagrante, 593
  - 10 Nomeação de curador, 596
  - 11 Homologação do auto de flagrante pelo juiz, 597
  - 12 Proibição da prisão em flagrante, 599
- 21 Prisão Temporária, 601**
- 1 Natureza cautelar da prisão temporária, 602
  - 2 Requisitos legais, 602
  - 3 Prisão temporária e prisão preventiva, 605
  - 4 Decretação e prazo de duração, 606
  - 5 Análise crítica, 608
- 22 Outras Modalidades de Prisões Processuais, 611**
- 1 Prisão decorrente de pronúncia, 611
  - 2 Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível, 612
  - 3 Prisão extrapenal, 614
- 23 A Garantia do Devido Processo Legal e as Prisões Processuais, 617**
- 1 Princípios garantistas, 618
  - 2 Presunção de inocência e prisão processual, 620
  - 3 O princípio da fundamentação e a prisão processual, 623
  - 4 Prisão provisória e as garantias constitucionais, 625
  - 5 O uso de algemas, 626

- 6 Prisão especial, 629
- 7 Indenização pela prisão ilegal ou injusta, 630

## **24 Liberdade Provisória, 635**

- 1 Natureza jurídica, 636
- 2 Espécies, 637
- 3 O regime jurídico da liberdade provisória, 639
  - 3.1 A liberdade provisória proibida, 641
  - 3.2 Liberdade provisória e crimes hediondos, 642
  - 3.3 Primariedade e bons antecedentes, 645
  - 3.4 Liberdade provisória, relaxamento da prisão e revogação da custódia preventiva, 645
  - 3.5 Recurso cabível, 646
- 4 Fiança, 646
  - 4.1 Crimes afiançáveis, 647
  - 4.2 Valor da fiança, 648
  - 4.3 Cassação, quebra e perda da fiança, 649
  - 4.4 Esvaziamento do instituto, 650
  - 4.5 Recurso em caso de fiança, 651

## **25 Buscas, Apreensões e as demais Medidas Cautelares no Processo Penal, 653**

- 1 Buscas penais e liberdades públicas, 654
- 2 Busca domiciliar, 655
- 3 Inviolabilidade do domicílio e a busca domiciliar, 657
- 4 A inviolabilidade do escritório de advocacia, 660
- 5 Busca pessoal, 662
- 6 Inviolabilidade da pessoa e a busca pessoal, 663
- 7 Medidas assecuratórias, 668
  - 7.1 Sequestro, 668
  - 7.2 Arresto, 670
  - 7.3 Hipoteca legal, 671
- 8 Produção antecipada de prova, 673

## **26 Teoria Geral dos Recursos, 675**

- 1 Fundamentos do duplo grau de jurisdição, 676
- 2 Natureza jurídica, 677
- 3 Pressupostos, 678
- 4 Princípios, 681
- 5 Efeitos, 682
- 6 Decisões recorríveis, 683

**27 Recursos em Espécie, 685**

- 1 Recurso em sentido estrito, 685
  - 1.1 Cabimento do recurso, 686
  - 1.2 Processamento, 694
  - 1.3 Efeitos, 695
- 2 Apelação, 696
  - 2.1 Caracteres, 696
  - 2.2 Espécies, 697
  - 2.3 Cabimento do recurso, 698
    - 2.3.1 Apelação contra decisões do juiz singular, 698
    - 2.3.2 Apelação no procedimento do Tribunal do Júri, 700
  - 2.4 Processamento, 703
    - 2.4.1 Apelação sumária e ordinária, 704
    - 2.4.2 Apelação deserta, 705
  - 2.5 O problema da *reformatio in pejus* e *reformatio in melius*, 706
  - 2.6 Efeitos, 707
- 3 Embargos, 708
  - 3.1 Embargos de declaração, 709
  - 3.2 Embargos infringentes, 709
  - 3.3 Embargos de divergência, 710
- 4 Revisão criminal, 711
  - 4.1 Processamento, 712
  - 4.2 Efeitos, 713
- 5 Carta testemunhável, 714
  - 5.1 Processamento, 715
  - 5.2 Efeitos, 716
- 6 Correição parcial, 716
- 7 Agravos, 717
  - 7.1 Agravo de instrumento, 718
  - 7.2 Agravo em execução, 718
  - 7.3 Agravo regimental, 719

**28 Recursos Constitucionais em Matéria Criminal, 721**

- 1 Recurso ordinário, 721
  - 1.1 Recurso ordinário no STF, 722
  - 1.2 Recurso ordinário no STJ, 724
- 2 Recurso especial, 725
  - 2.1 Hipóteses de cabimento, 725
  - 2.2 Pressupostos e processamento, 727
- 3 Recurso extraordinário, 728
  - 3.1 Hipóteses de cabimento, 729
  - 3.2 Pressupostos e procedimento, 730

## 29 Os Instrumentos Clássicos de Tutela da Liberdade Individual, 733

- 1 O *habeas corpus*, 733
  - 1.1 Origem histórica, 734
  - 1.2 O *habeas corpus* no Brasil, 735
  - 1.3 Natureza jurídica, 737
  - 1.4 Espécies, 738
  - 1.5 Sujeitos intervenientes, 738
  - 1.6 Hipóteses de impetração, 740
  - 1.7 Restrição constitucional, 743
  - 1.8 Competência, 743
  - 1.9 Procedimento, 746
  - 1.10 Efeitos da decisão que concede o *habeas corpus*, 749
  - 1.11 Recursos, 750
- 2 O mandado de segurança, 752
  - 2.1 Competência e procedimento, 755
- 3 O *habeas data*, 756

## 30 Atos e Prazos Processuais, 759

- 1 Formalização dos atos processuais: termos, autos e laudos, 760
- 2 Prazos, 762
  - 2.1 Espécies de prazos, 762
  - 2.2 Contagem dos prazos, 763
  - 2.3 Prazos para acusação e defesa, 765
- 3 Comunicação dos atos processuais, 765
  - 3.1 Citação, 766
  - 3.2 Intimação e notificação, 766
  - 3.3 Formas das intimações e notificações, 767
  - 3.4 Cartas precatórias, 768
  - 3.5 Cartas rogatórias, 769

## 31 O Processo de Execução Penal, 771

- 1 Natureza da execução penal, 771
- 2 Teorias sobre a pena, 774
  - 2.1 Teorias retribucionistas ou absolutas, 775
  - 2.2 Teorias preventivas ou relativas, 776
  - 2.3 Teorias mistas ou ecléticas, 777
  - 2.4 Teorias da prevenção geral positiva, 778
  - 2.5 Teorias ressocializadoras, 779
  - 2.6 Teorias radicais, 780
- 3 Sistemas penitenciários, 780
- 4 A LEP e seus fins, 781

- 5 Os direitos do condenado, 783
- 6 Espécies de penas, 786
  - 6.1 Pena privativa de liberdade, 786
  - 6.2 Pena de multa, 787
  - 6.3 Penas alternativas ou restritivas de direitos, 787
- 7 Órgãos da execução penal, 789
  - 7.1 Competência do juízo da execução, 791
- 8 Procedimento da execução penal, 792
  - 8.1 Incidentes da execução, 793
  - 8.2 Recursos no processo de execução, 794
- 9 Estabelecimentos penais, 794
- 10 Cumprimento das penas restritivas de direitos, 796
- 11 Execução da pena de multa, 798
- 12 Regimes de cumprimento das penas privativas de liberdade, 799
  - 12.1 Progressão, 800
  - 12.2 O exame criminológico para a progressão de regime, 802
  - 12.3 Regras dos regimes fechado e semiaberto, 804
  - 12.4 Remição de pena, 805
  - 12.5 Livramento condicional, 806
  - 12.6 Disciplina na prisão e o regime disciplinar diferenciado (RDD), 808
- 13 A crise da execução penal e a questão carcerária, 810

*Bibliografia*, 815